



ANAIS

O PERFIL DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES FAMILIARES NA MESORREGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO/SP

REGINA APARECIDA LEITE DE CAMARGO
reginacamargomg@gmail.com
UNESP

MARCELO ODORIZZI DE CAMPOS
marceloodorizzi1@gmail.com
UNESP/FCAV

ROSEMEIRE SCOPINHO
scopinho.rose@gmail.com
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

RESUMO: Com o surgimento, a partir da década de 1990, de programas de políticas públicas direcionados para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as organizações de produtores familiares, como associações e cooperativas, assumiram o importante papel de proponentes e destinatários de projetos que envolvem quantias variáveis de recursos e demandam novas responsabilidades de gerenciamento e administração. Algumas dessas organizações se formam com o objetivo principal de participar desses programas, mas nem sempre a entrada de recursos públicos atua como elemento aglutinador do grupo de produtores. Os desafios vão do gerenciamento de projetos, à dificuldade de manter um fluxo de caixa e lidar com o dia a dia da gestão de pessoas, informações e finanças. A pesquisa que embasa esse trabalho teve como objetivo principal realizar o levantamento e caracterização das organizações de produtores familiares nos municípios compreendidos pelos Escritórios de Desenvolvimento Regional (EDRs) de Jaboticabal, Barretos e Ribeirão Preto, segundo classificação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), todos localizados na mesorregião de Ribeirão Preto. O presente trabalho buscou identificar quem são essas organizações, em que áreas atuam, de que programas de política pública e instâncias representativas participam e que dificuldades enfrentam.

PALAVRAS CHAVE: cooperativismo, organizações de produtores familiares, programas de políticas públicas.

ABSTRACT: With the emergence, since the 1990s, of public policy programs for family agriculture, as the National Program to Strengthen Family Agriculture (Pronaf), the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE) producers organizations like associations and cooperatives, took on the important role of proposers and recipients of projects that involve variable amounts of resources and demand new management and administration responsibilities. Some organizations are formed with the primary purpose of participating in these programs, but not always an input of public resources act as a unifying element in a group of producers. The challenges go from project management to the difficulties of maintaining a cash flow and the day to day management of people, information and finances. The main objective of this research project was to carry out a survey and characterization of family producer organizations in the municipalities comprised by the Regional Development Offices (EDRs) of Jaboticabal, Barretos and Ribeirão Preto, according to the classification of the Coordination of Integral Technical Assistance (CATI), all of them located in the bigger region of Ribeirão Preto. The survey sought to identify who these organizations are, in what areas they act, in what public policy programs and representative bodies they take part and what difficulties they face.

KEY WORDS: Cooperativism, family producer organizations, public policy programs



ANAIS

1. INTRODUÇÃO

O projeto político e plano de governo de uma determinada administração pública é colocado em prática através de planos, programas e ações de políticas públicas que impactam os diferentes grupos e interesses da sociedade; seja de forma difusa, quando incide sobre todos os seus membros ou quanto direcionados especificamente para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

Para Souza (2006), os governos da maioria dos países latino-americanos ainda não foram capazes de enfrentar satisfatoriamente o desafio de formar coalisões políticas capazes de desenhar e implementar políticas de desenvolvimento econômico e inclusão social. No caso brasileiro, o maior desafio parece residir no transporte de planos e programas da retórica governamental para a realidade de um emaranhado de órgãos administrativos que pouco conversam entre si e as limitações das instituições locais, sejam públicas ou dos próprios beneficiários desses programas. Perpassando as limitações administrativas e operacionais esbarra-se ainda no poder político e conflitos de interesse em todas as esferas da implementação de políticas públicas.

Desde a década de 1990, a categoria de produtores rurais que passou a ser denominada de agricultores familiares conta com um conjunto significativo de programas que, caso atingissem plenamente os objetivos a que se propõe, poderiam sanar os principais gargalos para o pleno desenvolvimento das propriedades familiares e tornar ainda mais significativa a participação desse segmento nas principais cadeias produtivas e no suprimento das necessidades alimentares da população.

Uma prerrogativa constante em programas de política agrícola direcionados para produtores de base familiar, mesmo antes da década de 1990, é o estímulo a formação de organizações formais, como associações e cooperativas, que se tornam então proponentes de projetos e gestores dos recursos repassados pelo Estado. Em princípio, a gestão participativa das políticas e recursos públicos, estipulada na Constituição Federal de 1988, deveria fortalecer a representação popular em instâncias deliberativas ou de apoio da administração pública, como os conselhos municipais e estaduais. Na prática, a participação dos grupos de menor poder econômico e político acaba eclipsada, não raro, pelos representantes da própria administração pública (MATTEI e CAZELLA, 2009). Ademais, não obstante os muitos cursos de capacitação conduzidos por instrutores de diversos tipos de entidades, com destaque para aquelas do chamado Sistema S, as organizações de produtores familiares ainda demonstram uma grande dificuldade de gerenciar projetos e recursos públicos, com o conseqüente acirramento de disputas e conflitos internos. A desmotivação e falta de participação dos membros aparece em grande parte das entidades entrevistadas na pesquisa de campo que suporta esse trabalho.

Ainda que assimétrica, e por vezes mais figurativa do que propositiva, a participação de organizações da agricultura familiar em conselhos municipais e estaduais é uma importante forma de viabilização dessas organizações como atores plenamente inseridos na produção e economia locais. Diferente dos sindicatos de trabalhadores rurais, que têm como principal objetivo defender os interesses da classe trabalhadora rural, as cooperativas e associações participam dos mercados locais como agentes produtivos, disputando espaço com grupos consolidados no fornecimento de produtos alimentícios para instituições públicas; como no



ANAIS

caso da participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

As primeiras cooperativas foram formadas como uma forma de resistência e enfrentamento das condições extremas de trabalho do capitalismo do século XIX (NAMORADO, 2013), e, ainda hoje, organizações como as associações de criadores, têm como principal objetivo a defesa de seus interesses. Já no caso das que foram criadas ou reforçadas com a participação em projetos governamentais, sua existência atrela-se principalmente à disputa pelos recursos do Estado, ainda que o exercício de seu papel e importância política seja condição para a permanência desse universo de organizações no jogo das ações distributivas, ou redistributivas, da administração pública.

A associação e a cooperação fazem parte das estratégias de sobrevivência dos seres humanos desde os primórdios da evolução da espécie. Ou seja, a cooperação estaria na base da vida humana em sociedade e da sua sobrevivência diante dos perigos colocados pela natureza ou por outras coletividades. Primeiro os homens se juntavam por que a caça em grupo aportava melhores resultados. Quando se tornaram sedentários e agrícolas passaram a dividir o árduo trabalho de cultivo dos campos e a repartir o produto da colheita. Mas é justamente no quesito cooperação que as organizações aqui estudadas parecem encontrar as maiores dificuldades para sua atuação e consolidação como agentes econômicos de significativa importância local. Alçadas ao papel de intermediadoras de programas governamentais, correm o perigo de se tornarem meros instrumentos para fazer chegar os recursos públicos até os grupos a que se destinam, com o mínimo de erosão dos mesmos em instâncias administrativas ou o seu desvio através de relações clientelistas (CAMARGO et al, 2018).

Associações e cooperativas são diferentes em sua natureza jurídica e objetivos. Enquanto as primeiras teriam uma finalidade mais social - assistencial e educacional, as segundas possuem objetivo explicitamente econômico. Associações podem ser formadas até com dois integrantes e demandam menos dispêndio de recursos com os trâmites burocráticos necessários para a sua formalização. Já a criação de uma cooperativa exige o número mínimo de 20 cooperados e a formação de um capital social proveniente das quotas aportadas pelos cooperados. Apesar de formação mais difícil, a cooperativa pode exercer livremente uma atividade comercial e beneficiar seus membros com o repasse de suas sobras financeiras ou o resultado da venda de seus bens, quando da sua dissolução.

Entre os produtores familiares aqui estudados foram encontradas associações e cooperativas operando em bases muito semelhantes, sobretudo no que diz respeito ao acesso e gerenciamento dos programas governamentais. A pesquisa que embasa este trabalho teve como objetivo principal realizar o levantamento e caracterização das associações e cooperativas de produtores familiares presentes nas regiões compreendidas pelos Escritórios de Desenvolvimento Regional (EDRs) da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) de Jaboticabal, Barretos e Ribeirão Preto. Para o levantamento de dados foi utilizado um questionário semiestruturado, aplicado em 29 dessas organizações, entre setembro de 2017 e junho de 2018. O conhecimento das organizações da agricultura familiar, como funcionam, que serviços prestam aos associados, que dificuldades enfrentam e que programas de políticas públicas governamentais conseguem acessar, pode fornecer dados importantes para o fortalecimento dessas instituições e dos próprios programas de que são alvo.

ANAIS

2. REVISÃO DA LITERATURA

A revisão que será apresentada a seguir segue dois caminhos: contribuições teóricas para o entendimento do associativismo e cooperativismo e o papel dos recentes programas de políticas públicas direcionados exclusivamente para produtores familiares na criação de novas organizações ou no fortalecimento das já existentes.

3

2.1 Cooperar é preciso

Para Namorado (2013), o movimento operário, o socialismo e o cooperativo nasceram como realidades subalternas, mas de resistência, juntamente com o capitalismo e na sequência da revolução industrial – que revolucionou não apenas os meios de produção, mas principalmente as relações de trabalho. Se não era possível uma transformação política imediata da sociedade, pelo menos era possível a criação de redutos de resistência operária onde eram abolidas algumas das máximas do capitalismo: a massificação e exploração do trabalho, a divisão entre donos dos meios de produção e donos da força de trabalho, a obtenção da mais-valia e a consequente dominação da burguesia sobre a massa trabalhadora.

As cooperativas diferenciavam-se também das guildas medievais. Inseridas na nova ordem econômica imposta pelo capital, seus membros compartilhavam os meios de produção, os interesses mercantis, e, principalmente, seus princípios norteadores. As primeiras cooperativas apareceram na Inglaterra em meados do século XVIII, mas floresceram e ganharam maior visibilidade em toda a Europa a partir do início do século XIX. O cooperativismo inglês pode ser visto como uma forma pacífica de enfrentamento da exclusão e das males decorrentes da lógica industrial da empresa comercial capitalista (BENATO, 1999).

A natureza pacífica, e não contestatória da lógica da apropriação individual do lucro, das cooperativas inglesas, aparece no discurso de um dos fundadores da “Aliança Cooperativa Internacional de Londres” à Câmara dos Comuns em 1895. Segundo Thenório Filho (2002, p.43), alguns dos preceitos então anunciados eram:

- O cooperativismo completa a Economia Política ao organizar a distribuição da riqueza.
- Ele não prejudica a fortuna de ninguém.
- Não perturba a sociedade.
- Não molesta os homens de Estado
- Não fomenta greves, e assim por diante.

Mas foram os pioneiros de Rochdale que estabeleceram as bases para o funcionamento das cooperativas de ontem e hoje. As normas por eles estabelecidas tinham caráter predominantemente econômico, pouco legislando sobre a vida pessoal dos associados e respeitando as liberdades individuais – uma vez que, não por acaso, nasceram no país de Thomas Locke:

- Adesão Livre – portas abertas para a admissão e demissão de associados.
- Controle Democrático – cada associado um voto
- Devolução do Excedente
- Juros limitados ao Capital – poupar mais do que investir.

ANAIS

- Neutralidade política, religiosa e racial – princípio da igualdade.
- Venda à vista para que haja a circulação de recursos.
- Fomento ao ensino em todos os graus.

Já na França, Charles Gide, da Escola de Nîmes, acrescentaria aos princípios do movimento inglês, outras “virtudes” do cooperativismo, tais como: interessar a mulher nas questões sociais; abolir os conflitos; combater as despesas com bebidas alcoólicas; suprimir os parasitas sociais, e outros que demonstravam a importância da base religiosa e filosófica do movimento na França (THENÓRIO FILHO, 2002).

Uma boa síntese conceitual do cooperativismo pode ser encontrada em Pinho (1977), que apresenta suas três dimensões definidoras. Ele é ao mesmo tempo um movimento, uma doutrina e uma técnica. Movimento porque baseia o sistema de produção, repartição e consumo na noção do trabalhador-proprietário. Mas também uma doutrina que tem por objetivo estimular a criação de uma sociedade calcada nos princípios da igualdade, fraternidade, liberdade e solidariedade, e ainda uma técnica de autogestão cooperada.

Ainda que não apareça de forma explícita na carta de princípios das primeiras cooperativas, o trabalho continuava central nessa nova forma de organização da produção, sobretudo quando visto na perspectiva de criação de valores. Como sintetizado por Scopinho (2012, p 30): “Trabalho não é apenas um espaço de realização da mais-valia e de dominação do capital, mas é também espaço de criação e difusão de valores coletivistas, de resistências e de lutas históricas dos trabalhadores pelo controle das relações e condições de trabalho”. Para a autora, trabalho e condições de vida formam uma totalidade indivisível, bastante aparente principalmente no caso de assentamentos rurais, e ainda mais especificamente no caso dos assentamentos implantados como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), dos quais o próprio Estado espera uma cooperação autogestionada.

O objeto de investigação dessa pesquisa foram as cooperativas e associações da agricultura familiar. A formação dessas instâncias de cooperação entre produtores de base familiar tem mais de uma fonte propulsora. A cooperação como doutrina norteadora e elemento aglutinado aparece na orientação católica-cristã das comunidades eclesiais de base, que foram a plataforma inicial de muitas dessas organizações. Por outro lado, o fomento à cooperação como forma de alcançar maior visibilidade e competitividade no mercado faz parte dos cursos de entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), bastante presentes no meio rural. Também as entidades prestadoras de serviços de assistência técnica e extensão rural, como a CATI e a Fundação Instituto de Terras de São Paulo (Itesp) no estado de São Paulo, bem como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), incentivaram a formação de associações e cooperativas entre as diferentes categorias de agricultores familiares.

A ênfase na formalização de relações de cooperação, que são inerentes às sociedades camponesas, das quais a agricultura familiar muito herdou (LAMACHE, 1993; SABOURIN, 2009, TEPICHT, 1973 ; WOLF, 1970) tem, entre outros objetivos, estimular a formação de um capital social, no sentido defendido por Putnan (1996), onde a confiança fomenta a cooperação, num ciclo virtuoso de estoque de capital social. É através desse capital que o indivíduo e o grupo se encontra mais ou menos fortemente inserido em redes de relações mercantis e não mercantis, essenciais ao desenvolvimento de suas atividades e a sua própria sobrevivência.

ANAIS

Para Hakelius e Hansson, (2016), o sucesso de uma cooperativa depende da lealdade de seus membros. A fundação dessa lealdade repousa na confiança e comprometimento e numa atitude positiva em relação a gestão da organização. Na mesma linha, Grashuis e Lee Cook (2019) defendem que conforme cresce a cooperativa, cresce também a heterogeneidade de atitudes de seus membros, cujos conflitos podem ser contornados com o fortalecimento da confiança, do sentimento de missão a ser cumprida e com comprometimento a longo prazo.

A presença de cooperativas agrícolas, seja de produtores familiares ou de grandes produtores empresariais varia nas diferentes cadeias produtivas. Entre produtores orgânicos e agroecológicos essas cadeias aparecem como um grande assertivo na conquista e manutenção de mercados. No caso brasileiro, as organizações de produtores são particularmente importantes no sistema participativo de certificação – uma modalidade de certificação participativa que permite o uso do selo “Produto Orgânico Brasil”. Nesse caso, é possível argumentar que o capital social da organização, sobretudo no que diz respeito à construção de relações de confiança com os consumidores, é fundamental para o seu sucesso e longevidade.

Mas não menos importante é a capacidade gerencial da organização cooperativa para o cumprimento de um de seus objetivos primários, que é a aferição de maior rendimento para as famílias participantes. A construção e manutenção de um sólido capital financeiro e uma infraestrutura capaz de aumentar a competitividade da organização contribuem para a saúde da cooperativa ou associação e funciona com estímulo para a lealdade e participação dos associados (ILIOPOULOS et al, 2016). Em pesquisas realizadas com cooperativas na Espanha, Mateos-Ronco e Guzmán-Asunción, (2018) concluíram que o crescimento é elemento chave na estratégia de crescimento das cooperativas, e está diretamente relacionado com a sua capacidade de angariar fundos através de financiamentos bancários. O crescimento também garante melhor posição mercadológica e maior competitividade. Nas entidades pesquisadas foi possível observar que aquelas que conseguiram montar e colocar em funcionamento uma agroindústria, através de projeto governamental, aumentaram consideravelmente sua participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

2.2 Programas de políticas públicas e organizações de produtores familiares

Durante a pesquisa de campo foram levantados dados sobre a participação das cooperativas e associações em três programas de políticas públicas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado em 2003, o PNAE, de 2009, e o Programa Microbacias II, iniciado em 2010. Os dois primeiros são programas federais, que tem em comum a intersetorialidade e o duplo objetivo de promover a agricultura familiar e combater a insegurança alimentar, tanto das famílias produtoras como daquelas que recebem seus produtos. Inúmeros trabalhos atestam a importância desses programas para o fortalecimento da agricultura familiar (GRISA e SCHNEIDER, 2015; TRICHES et al 2017; CAMARGO et al, 2013). Desde 2016 o PAA vem recebendo cada vez menos recursos, o que resultou em grande perda financeira para as organizações familiares, principalmente em áreas de assentamento, onde o Programa encontrava-se mais presente. O PNAE, por sua vez, apesar de regulamentado por lei federal, depende em grande medida da boa vontade da administração local para a realização das compras da agricultura familiar. Tanto o PAA como o PNAE operam por chamadas públicas,

ANAIS

contornando dessa forma a dificuldade dos produtores familiares em participar de processos licitatórios. No caso do PAA, a modalidade mais acessada pelos assentamentos era a Compra com Doação Simultânea. Em relação ao PNAE, a Lei 11.947, determina que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), sejam gastos com compras da agricultura familiar, preferencialmente local.

O Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável “Microbacias II - acesso ao mercado” teve início no ano de 2010 e é uma continuação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográfica (PEMH) – “Microbacias I” que iniciou no ano de 2000 e teve seu término no ano de 2008. Ambos os programas contaram com recursos do Banco Mundial, e eram voltados ao fornecimento de auxílio financeiro com contrapartida, ou seja, são modelos de financiamento (SANTOS, 2013).

O Programa foi elaborado e executado pela CATI, como órgão da Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo em conjunto com a Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN), da Secretaria do Meio Ambiente. O Programa buscou impulsionar as organizações de produtores rurais, ou seja, as cooperativas e associações cuja criação fora anteriormente incentivada pelo Microbacias I, atuando em ações voltadas para a comercialização dos produtos e auxiliando o pequeno produtor a obter condições melhores de venda no competitivo mercado em que estão inseridos. A proposta necessitava ter um número mínimo de 15 produtores rurais cooperados ou associados, sendo que pelo menos 50% precisam ser produtores familiares. Partindo dessa lógica, a quantidade de recursos fornecida pelo projeto dependia do número de agricultores familiares que compunham o grupo (SANTOS, 2013).

Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, o projeto recebeu US\$ 78 milhões provenientes do acordo com o Banco Mundial e US\$ 52 milhões de contrapartida do Governo do Estado, totalizando US\$ 130 milhões, onde US\$ 45 milhões foram destinados à subvenções econômicas (SAA/CATI, 2010). O projeto foi implementado por chamadas públicas. Nas três chamadas lançadas entre 2011 e 2013 foram aprovados perto de 200 planos de negócio, o que atesta o interesse despertado pelo Programa entre organizações da agricultura familiar.

Nos três casos de programas de políticas públicas apresentados, a participação de organizações formais da agricultura familiar foi incentivada seja por meio de exigências normativas, como no caso do Microbacias II, pelo tratamento preferencial em chamadas do PNAE e por um teto limite para a venda de produtos superior à da participação individual, no caso do PAA.

No entanto, cooperativas e associações criadas para atender as exigências de programas governamentais podem não resistir ao fim da fonte de recursos, se não apresentarem a capacidade de angariar novos projetos. Para Neves (2013, p.16):

No Brasil, a grande maioria das associações de agricultores tem vida curta e está fadada ao descrédito por parte dos associados, visto que estes se referem aos representantes delegados pela avaliação da competência própria por correr atrás, não tanto do atendimento das reivindicações, mas da captação de recursos disponíveis.

ANAIS

Como será visto a seguir, a falta de projetos aparece como uma das principais dificuldades enfrentadas pelas organizações pesquisadas.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O trabalho de pesquisa contou com o apoio de técnicos da CATI, o principal órgão responsável pelos serviços de assistência técnica e extensão rural do estado de São Paulo. Dessa forma, tomou-se como campo amostral da pesquisa os municípios atendidos por seus Escritórios de Desenvolvimento Regional. Os EDRs escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa foram os de Jaboticabal, Barretos e Ribeirão Preto, todos localizado na mesorregião de Ribeirão Preto.

Pelos dados do Centro de Informações Agropecuárias (CIAGRO), existem no EDR de Jaboticabal 20 registros de organizações de produtores, no de Barretos 22 e no de Ribeirão 19, num total de 61 organizações na área da pesquisa. Como nem todas essas organizações são de produtores familiares, o primeiro passo foi selecionar quais possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica, o que atesta que mais de 50% dos afiliados da organização possuem DAP física, ou seja, a entidade é de agricultores familiares.

Para tanto, foi realizado contato com a coordenação de cada um dos três EDRs da CATI mencionados, para solicitação da relação de nomes e telefones dos responsáveis pela atual gestão das organizações a serem estudadas. Uma vez identificadas as cooperativas e associações de agricultura familiar de cada município, foi realizada uma entrevista presencial com seus dirigentes. Todas as organizações da agricultura familiar dos três EDRs foram entrevistadas presencialmente.

Como ferramenta de pesquisa foi elaborado um questionário semiestruturado contendo perguntas sobre: a situação socioeconômica atual da instituição, suas principais atividades, sua participação em editais de políticas públicas, os produtos comercializados, seu modo de organização e de gestão interior. As entrevistas geraram importantes informações para um melhor entendimento das relações entre associativismo e a agricultura familiar.

O questionário elaborado contava com 147 questões, que foram aplicadas em 29 instituições, gerando um número total próximo a 4.300 questões respondidas. É importante salientar que dentro do conjunto de perguntas haviam questões abertas, onde era possível transcrever com detalhes o relato do entrevistado, além das questões fechadas e também algumas com sistemas de atribuição de notas, onde o entrevistado atribuía notas para os problemas vivenciados pela instituição.

Uma vez coletados os dados dos entrevistados, os mesmos foram reescritos em um arquivo do Word a fim mantê-los armazenados de forma segura. Logo após esse passo, os dados foram passadas para planilhas do Excel, com a finalidade de possibilitar a manipulação gráfica dos mesmos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela I apresenta um panorama geral das instituições pesquisadas

ANAIS

TABELA 1. Caracterização geral das organizações pesquisadas

Organizações	Município	Categoria	Nº de sócios		Ano de fundação	% de DAPs
			Inicial	Atual		
Instituto	Itápolis	Não Assentam.	10	34	2009	100%
Associação	Itápolis	Não Assentam.	60	30	2008	#
Associação	Taquaritinga	Não Assentam.	13	20	2013	#
Associação	Cajobi	Não Assentam.	18	21	2013	80%
Cooperativa	Barretos	Não Assentam.	25	64	2011	100%
Cooperativa	Serrana	Assentam.	11	26	2009	100%
Associação	Serrana	Assentam.	22	7	2010	100%
Associação	Guaíra	Não Assentam.	25	43	2008	#
Associação	Olímpia	Não Assentam.	6	20	2000	75%
Associação	Monte Alto	Não Assentam.	9	20	2010	100%
Associação	Ribeirão Preto	Assentam.	44	32	2007	100%
Cooperativa	Candido Rodrigues	Não Assentam.	22	28	2006	70%
Associação	Ribeirão Preto	Assentam.	26	23	2014	100%
Cooperativa	Ribeirão Preto	Assentam.	#	39	2010	100%
Associação	Ribeirão Preto	Assentam.	23	115	2009	100%
Cooperativa	Ribeirão Preto	Assentam.	101	70	2009	100%
Associação	Ribeirão Preto	Assentam.	22	60	2013	100%
Associação	Jaboticabal	Assentam.	39	47	2004	100%
Cooperativa	Serrana	Assentam.	23	8	2009	100%
Cooperativa	Serrana	Assentam.	26	26	2008	100%
Associação	Pradópolis	Assentam.	63	70	2010	100%
Associação	Pradópolis	Assentam.	58	#	2011	100%
Associação	Colômbia	Assentam.	43	43	2002	100%
Associação	Santo Antônio	Não Assentam.	10	50	1985	100%
Associação	Colômbia	Assentada	34	25	2006	100%
Associação	São Judas Tadeu	Não Assentam.	172	286	2008	80%
Associação	Ribeirão Preto	Não Assentam.	50	15	2002	40%
Associação	Santa Cruz da Esperança	Não Assentam.	100	60	2001	90%
Cooperativa	Bebedouro	Não Assentam.	50	190	2012	70%
			TOTAL	1105	1466	
# Não soube responder					Média	93%

Fonte: Elaborada pelos autores

Como pode ser observado na tabela, o número de organizações de assentamentos e fora de assentamentos é praticamente o mesmo – quinze organizações no primeiro caso e quatorze no segundo. No entanto, um total de vinte organizações eram associações, contra apenas oito cooperativas e um instituto, o que comprova a maior facilidade da criação de associações pelos produtores familiares. Apenas sete organizações tiveram redução no número de sócios, mas algumas apresentaram elevação considerável no número de associados. O aumento ou diminuição do número de sócios não parece estar ligado ao ano de criação da organização, mas chama atenção o fato de apenas três delas terem sido fundadas antes de 2003, ano de criação do PAA.

ANAIS

Na Figura 1 aparecem os dados do acesso aos programas de políticas públicas mencionados pelas organizações pesquisadas.

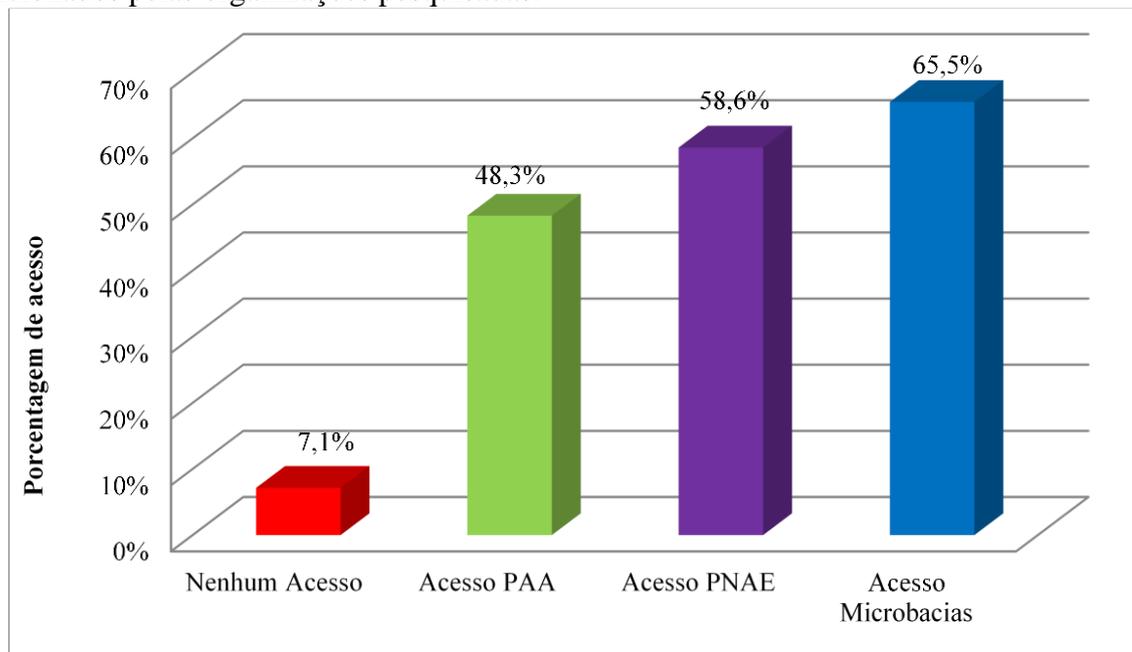


Figura 1: Acesso aos programas de políticas públicas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Como pode ser observado, o Programa mais acessado, no momento da pesquisa, era o Microbacias II, que demanda algum tipo de contrapartida da entidade beneficiada. Quanto ao acesso por entidade pertencentes ou não a assentamentos da reforma agrária, a pesquisa não demonstrou diferenciação significativa para os programas PNAE e Microbacias II. No entanto, apenas 7,1% das organizações fora de áreas de assentamento participavam ou haviam participado em algum momento do PAA, contra 86,7% das organizações em assentamentos, o que demonstra a importância desse Programa para os assentados.

No que se refere as instituições que prestam algum tipo de assistência para as organizações pesquisadas (Figuras 2 e 3), e atuam como importantes mediadores entre a ação do Estado e os beneficiários de políticas públicas, foi observado que nas organizações presentes em assentamentos havia uma interlocução com diversas entidades públicas, mas com nenhuma presença de técnicos ou empresas privadas. Já nas organizações fora de assentamentos essa presença é marcante, principalmente a de técnicos de revenda de insumos agropecuários. Das 14 entrevistas realizadas em instituições fora de assentamento observou-se um total de cinco empresas atuando na assistência técnica dessas associações e cooperativas. Três dessas entidades apresentavam estrutura suficiente para a contratação de seu próprio técnico. É importante observar a atuação da CATI, através de técnicos dos escritórios regionais ou alocados nas Casas da Agricultura municipais, na maioria das organizações. Essa presença está diretamente ligada a operacionalização do programa Microbacias II.

ANAIS

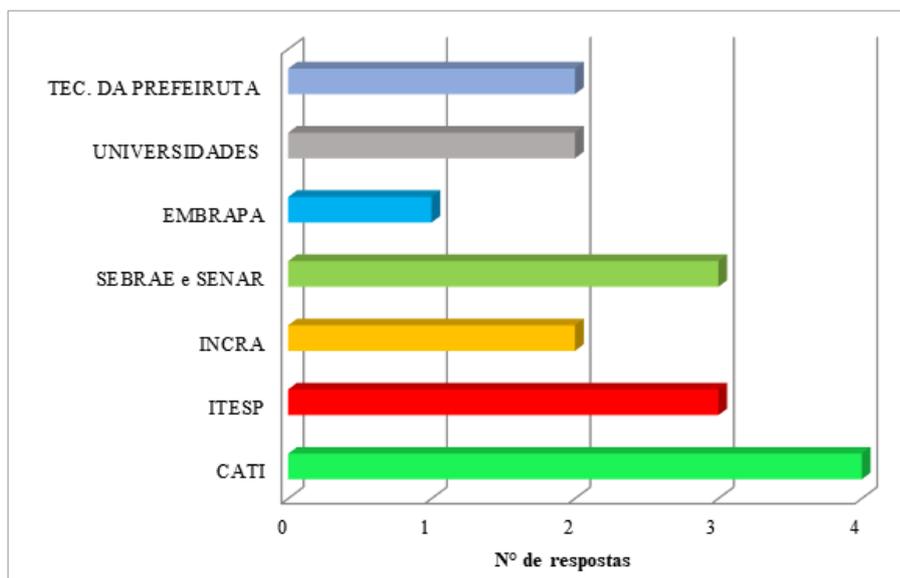


Figura 2: Assistência técnica de órgãos públicos em organizações de assentamentos.
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

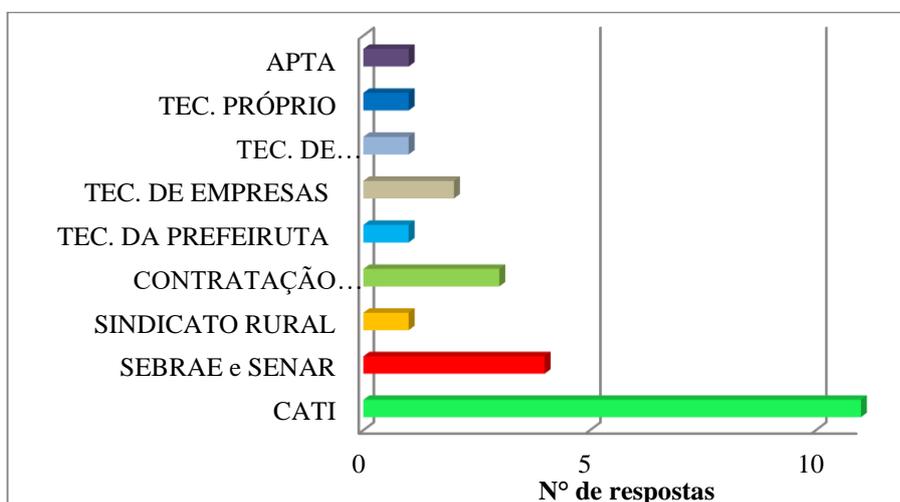


Figura 3: Assistência de órgãos públicos em organizações fora de assentamentos.
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

No que pese a importância dos programas de políticas públicas para o crescimento das organizações pesquisada, em torno de 60% delas respondeu que um limitante para uma participação mais expressiva no PNAE, principal programa governamental de acesso a mercados institucionais ainda em ação, era a produção insuficiente para atender o Programa, como pode ser comprovado na Figura 4. Outras fontes de comercialização também aparece como motivo para a não participação no mercado institucional.

ANAIS

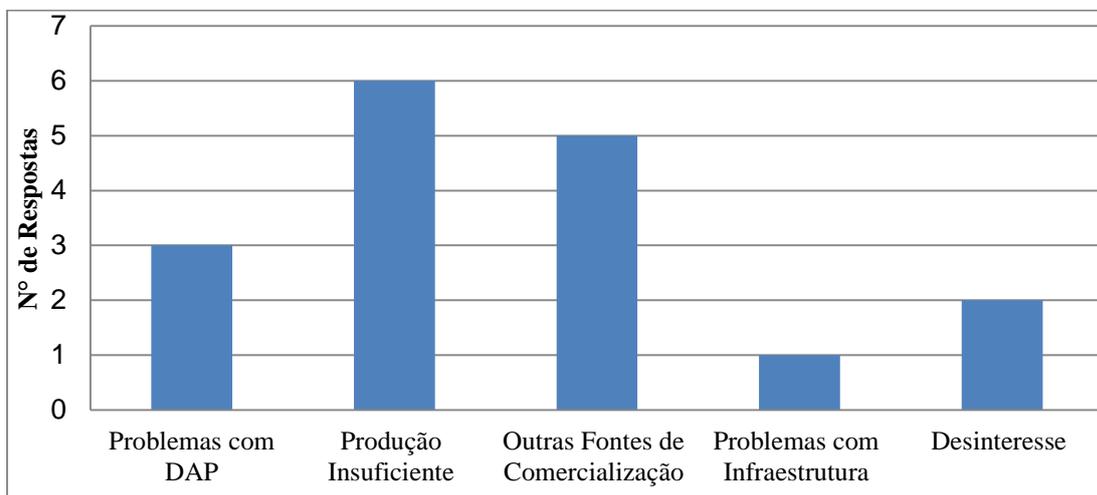


Figura 4: Principais fatores limitantes para participação dos sócios nas chamadas do PNAE.
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Ainda em relação ao PNAE, um total de 69,2% das organizações respondeu que não atingem a cota do Programa, que atualmente é de R\$ 20.000,00 por DAP física, por chamada pública, contra apenas 30,8% que responderam que atingem a cota e poderiam vender ainda mais para o Programa.

Quando perguntados sobre como o PNAE poderia melhorar, as respostas geraram a Figura 5:

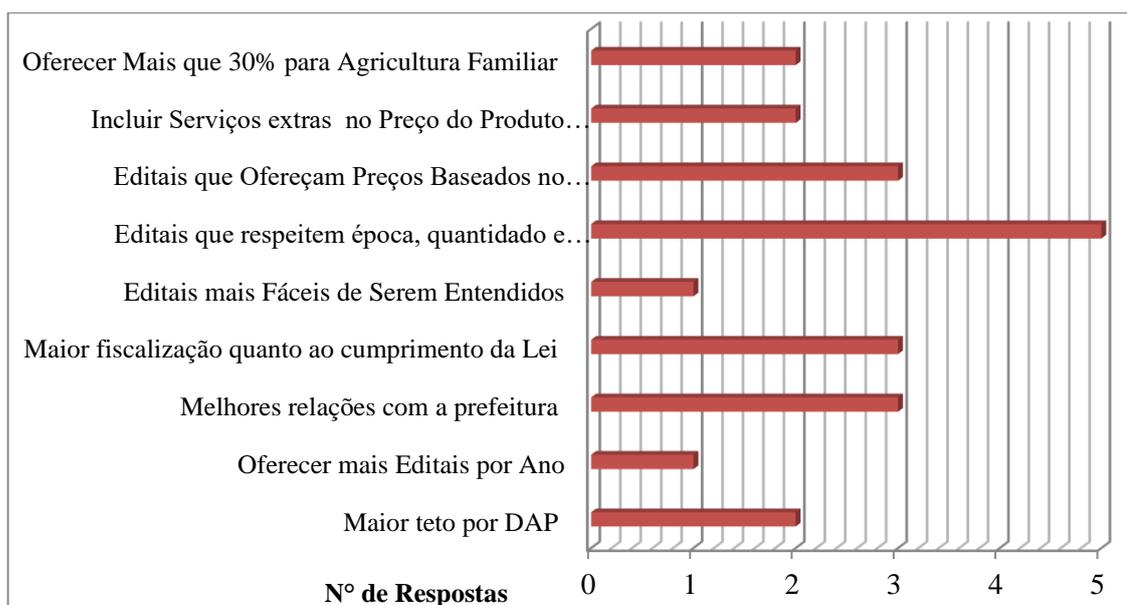


Figura 5: Como o PNAE poderia melhorar.
Fonte: pesquisa de campo, 2018.

ANAIS

Das nove afirmações mais frequentes reportadas pelos entrevistados, sete envolvem reclamações quanto aos serviços prestados pelas prefeituras. Das mesmas nove afirmações, as quatro mais repetidas dizem respeito a quesitos essenciais do Programa, que, segundo eles, não são devidamente atendidos pelas prefeituras. Como, por exemplo, a afirmação que faz referência a “Editais que respeitem época, quantidade e produção local”. Em alguns casos a prefeitura publicam editais com produtos impossíveis de serem produzidos pela agricultura familiar da região, como é o caso do arroz e maçã, por exemplo. Nesses casos, ou a prefeitura desconhece completamente a produção agrícola da região, ou tem a intenção de comprar de organizações de produtores de outras regiões do país, ou simplesmente descumprir a Lei 11.947.

Mas no que se refere aos benefícios aportados pelo programa, a Figura 6 demonstra que a segurança de escoamento da produção encontra-se entre os mais importantes.

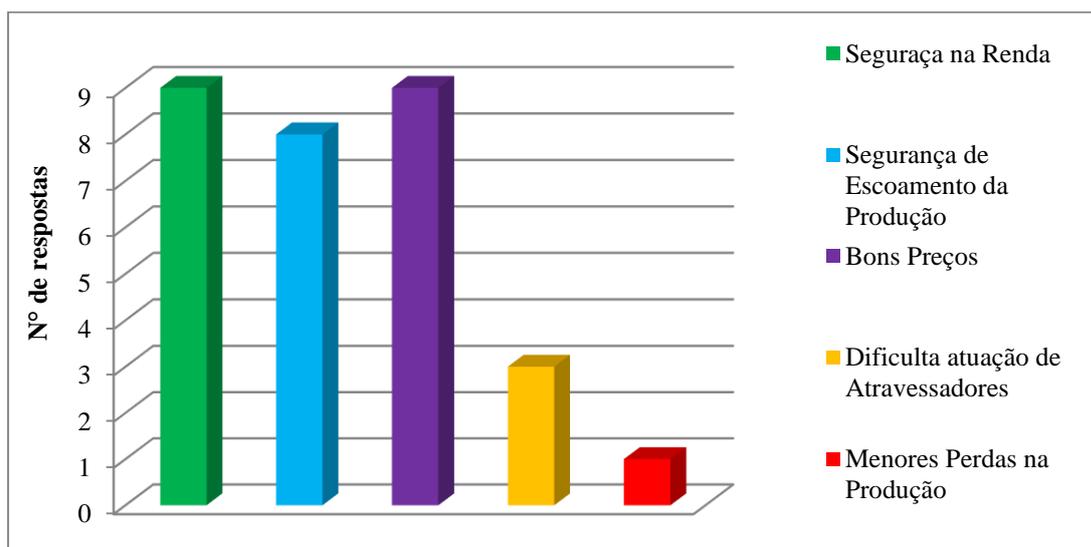


Figura 6: Principais benefícios gerados pelo PNAE.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Embora os preços pagos pelo Programa sejam geralmente considerados bons pelos produtores, alguns produtos, especialmente hortaliças folhosas, podem apresentar preços abaixo do mercado em determinadas épocas do ano. Mas as principais dificuldades dizem respeito ao desafio de manter uma produção constante, as exigências quanto à embalagem; a inconstância dos pedidos e principalmente a concorrência com outras organizações de produtores. Outra dificuldade importante diz respeito à adaptação do departamento jurídico das prefeituras ao sistema de compra por chamada pública, que não segue o modelo de licitação, normalmente utilizado para realização de compras públicas.

No entanto, conclui-se que apesar das limitações relatadas e das dificuldades particulares de cada instituição, o Programa foi, na maioria dos casos, responsável por um maior desenvolvimento da agricultura local, estimulando um processo organizativo capaz de garantir renda periódica aos agricultores e fornecer aos alunos da rede pública de ensino e outras

ANAIS

entidades filantrópicas uma melhor qualidade na alimentação, contando com produtos saudáveis, variados e em qualidade e quantidade adequadas (CAMARGO et al., 2013).

No caso do Microbacias II, o Programa foi importante para a aquisição de implementos e montagem de infraestrutura de processamento pelas organizações da agricultura familiar, como demonstrado na Figura 7.

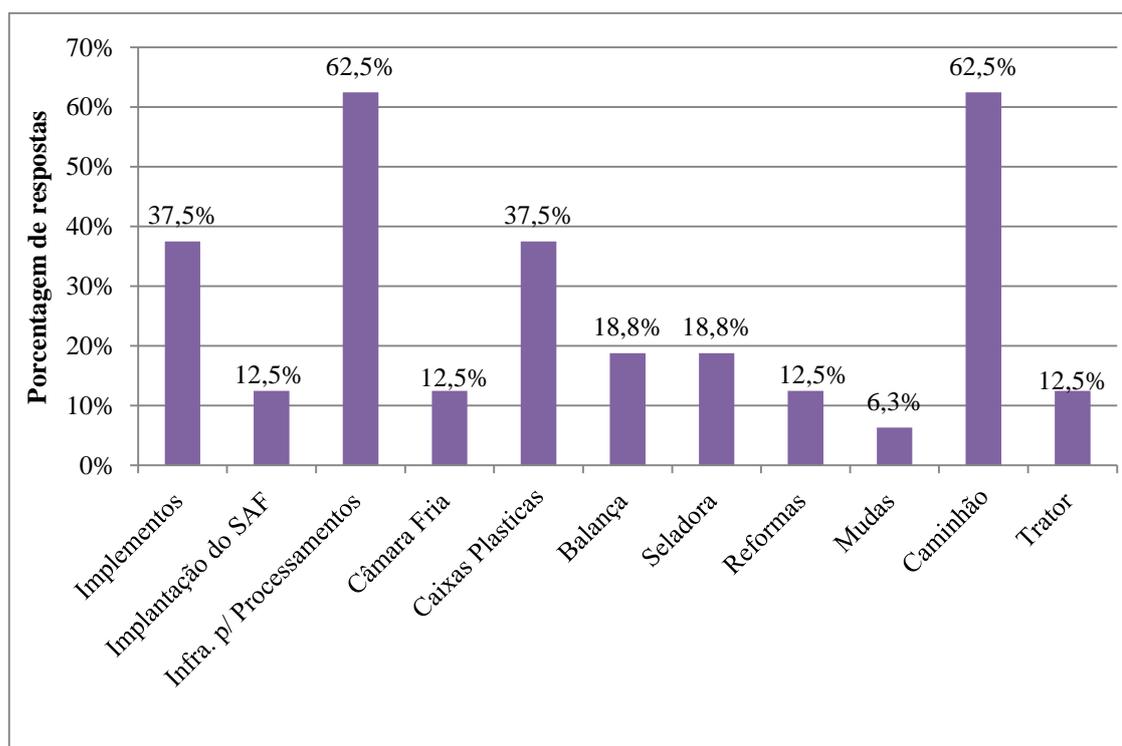


Figura 7: Itens adquiridos pelas instituições estudadas com financiamento do Programa Microbacias II.
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Os dois itens que sobressaem na figura acima são a infraestrutura para processamento e a aquisição de caminhão para o transporte das mercadorias.

Por fim, a Figura 8 traz os principais problemas apontados pelas organizações pesquisadas. Como pode ser constatado, a desmotivação dos sócios aparece como elemento chave. Ou seja, faltam a lealdade, o comprometimento, a confiança e motivação essenciais para a formação do capital social, sem o que torna-se muito difícil o crescimento dessas organizações.

A falta de capital e de infraestrutura também aparecem como impedimentos ao bom funcionamento das organizações pesquisadas, bem como a falta de projetos para oferecer aos associados. Curiosamente, nenhuma das organizações respondeu prestar serviços como a compra conjunta de insumos ou a organização de trabalhos comunitários, embora parte da contrapartida para a construção de unidades de processamento com os recursos do Microbacias II venha do trabalho dos membros da organização. Ou seja, não efetivam de forma prática a participação e corresponsabilidade com o seu próprio empreendimento (SILVA et al. 2005).

ANAIS

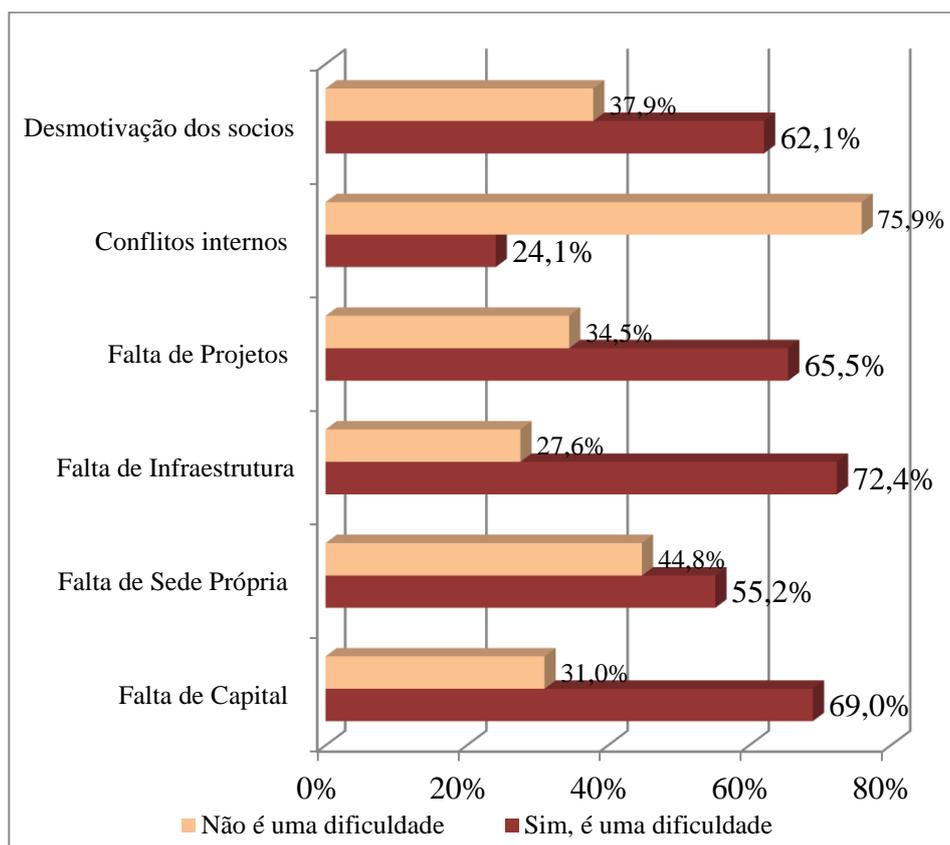


Figura 8: As principais dificuldades enfrentadas pelas instituições e seus sócios.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Organizações locais, com menor capacidade de competir em grandes mercados podem se valer da sua “localidade” para a atuação em cadeias curtas de comercialização e contribuir significativamente para o desenvolvimento local (MARSDEN et al, 2000). A construção de cadeias alimentares pode ainda incluir diferentes tipos de participantes, como no caso da associação entre uma cooperativa de alimentos e um centro tecnológico, para o desenvolvimento de produtos alimentares inovadores no sul do Brasil (HOPPE et al, 2014)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente de serem cooperativas ou associações, muitos dos conflitos que acometem essas organizações parecem relacionar-se com uma mal alinhada simbiose entre a finalidade econômica herdada da tradição inglesa, com o ideário do associativismo ou mesmo coletivismo dos pensadores franceses do cooperativismo. Ou em outras palavras, espera-se que os dirigentes “corram atrás” de benefícios para os associados, mas também se espera de todos o cumprimento dos princípios do companheirismo, solidariedade e cooperação. Principalmente em pequenas comunidades rurais marcadas pelas complexas relações de interconhecimento,

ANAIS

parentesco e vizinhança, as esferas pessoais e as organizativas e administrativas são praticamente indissociáveis.

Por outro lado, a pesquisa evidenciou a deficiência do Estado em prestar os serviços básicos que poderiam tornar mais proveitosa a participação das organizações de produtores familiares nos programas de políticas públicas a eles direcionados. Boa parte das dificuldades enfrentadas por essas instituições referem-se a deficiências nos serviços estatais de assistência técnica e extensão rural. Para as instituições que estão localizadas fora de assentamentos rurais observou-se que essa desatenção dos serviços de assistência técnica por parte do Estado chega com características particulares quando comparadas as instituições localizadas em assentamentos rurais, uma vez que os assentados parecem conseguir estabelecer mais parcerias com uma variedade de órgãos públicos.

Notou-se também que as dificuldades financeiras das associações e cooperativas estudadas passam pela problemática da falta de interesse dos sócios nas atividades da instituição, isso porque, de maneira geral, essas organizações possuem grandes limitações no oferecimento de novos projetos aos seus sócios. Por outro lado, essa mesma falta de opções pode gerar maior independência do Estado e a busca por novas formas de parceria e inovação.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENATO, J.V.A. **O ABC do Coopertivismo**. São Paulo: Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo, OCESP, 1999.

CAMARGO, R.A.L; BACCARIN, J.G; SILVA, D.B.P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas de Administração Pública**. Araraquara-SP: FCLAr/UNESP, v. 8, n. 2, 2013

GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar. In GRISA, C; SCHNEIDER, S (Orgs) Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA,C., SCHMITT, C.J., MATTEI, L.F. MALUF, R.S. & LEITE, S.P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva. Apontamentos e questões para o debate. Trabalho apresentado no **Seminário Temático Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**, Juazeiro/BA, 24 e 25 de agosto, 2009.

GRASHUIS J.; LEE COOK, M. A structural equation model of cooperative member satisfaction and long-term commitment. In **International Food and Agribusiness Management Review**, Volume 22 Issue 2, 2019

HAKELIUS; K. HANSSON, H. Members' attitudes towards cooperatives and their perception of agency problems. In **International Food and Agribusiness Management Review**, Volume 19 Issue 4, 2016.

HESPANHOL, R. A. M. **Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar**. Sociedade & Natureza, v. 25, n. 3, p. 469-483, set./dez. 2013.

HOPPE A.; VIEIRA L, M.; BARCELLOS M, D; OLIVEIRA G. R. Research and development project of innovative food products from an inter-organizational relationship perspective. In: **Journal on Chain and Network Science** v. 2, 2014.

ILIOPOULOS, C; COOK M.L; CHADDAD F. Agricultural cooperatives in netchains. In **Journal on Chain and Network Science** v. 16, 2016;



ANAIS

LAMARCHE, H (Coord.) **A Agricultura Familiar: Comparação Internacional. I Uma Realidade Multiforme.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MATTEI, L; CAZELLA, A. A. Planejamento e gestão do Pronaf Infra-estrutura e Serviços: evidências a partir do estado de Santa Catarina. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K; MARQUES, P.E.M (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural.** Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2009.

NAMORADO, R. **O mistério do cooperativismo: Da cooperação ao movimento cooperativo.** Coimbra: Almedina, 2013

NEVES, D. P. Associativismo e Personalismo dos Mediadores Formais: Dilemas da Organização Política de Assentamentos Rurais pela Intervenção Estatal. In: **Retratos de Assentamentos.** Araraquara: Nupedor/Uniar, v.16, n.1, 2013.

OLIVEIRA, P.M.; FERRANTE, V.L.S.B. O programa de aquisição de alimentos no PDS Sepé Tiarajú: bloqueios e perspectivas. In: **Retratos de Assentamentos.** Araraquara: Nupedor/Uniar, v.16, n.1, 2013.

PINHO, D.B. **Economia e Cooperativismo.** São Paulo: Edição Saraiva, 1977.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

MARSDEN T; BANKS, J; BRISTOW, G. Food Supply Chain Approaches: Exploring their Role in Rural Development. In : **Sociologia Ruralis**, Vol 40, Number 4, 2000

MATEOS-RONCO A; GUZMÁN-ASUNCIÓN, S. Determinants of financing decisions and management implications: evidence from Spanish agricultural cooperatives. In: **International Food and Agribusiness Management Review** v. 21 Issue 6, 2018.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre troca mercantil e reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, D. M. D. **Os Efeitos dos Programas Microbacias II: Acesso ao Mercado e Territórios da Cidadania no Pontal do Paranapanema – SP.** Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente – SP, p. 44. 2013.

SILVA, E. A.; PEREIRA, J.R.; BOTELHO, M.I.V. A organização cooperativa e seus princípios democráticos. In **Revista Organizações Rurais & Agroindustriais**. v. 7 n. 2, 2005.

SILVA, G.G; CHEUNG, T.L.; VILPOUX, O.F.; SANCHES, F.T. Capital social e cooperação na agricultura familiar: uma análise comparativa entre os estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. In **Revista Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16 n. 2 2014.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et Agriculture.** Paris: Armand Colin, 1973.

TRICHES, R. M.; BACCARIN, J. G.; FIGUEREDO, O. A. T. ; TEO, C. R. P. A. . Aquisição de produtos da agricultura familiar pela alimentação escolar: dificuldades e formas de superação mobilizadas pelos atores sociais. In: **55ª Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2017, Santa Maria.** 55ª Sober, 2017.

THENÓRIO FILHO, L.D. Pelo Caminho do Cooperativismo. Com destino ao crédito mútuo. São Paulo: Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, 2002

XAVIER, M. L. **O Programa de aquisição de alimentos nas cooperativas catarinenses.** Florianópolis: Insular 2016.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.